



CÓD: OP-133AG-24
7908403562114

MANHUAÇU-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU – MINAS GERAIS

Servente Escolar- Educação

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos.....	5
2. Tipos de texto	5
3. Elementos da comunicação	6
4. Fono-ortografia: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, classificação das palavras quanto ao número de sílabas, acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico), classificação das palavras quanto ao acento tônico.....	8
5. Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico).....	10
6. Notações léxicas	10
7. Ordem alfabética	11
8. Pontuação.....	11
9. Morfossintaxe: classes de palavras. Conjugação verbal.....	15
10. Sintaxe: frase, oração e período; sujeito e predicado. Organização sintática das sentenças do português	21
11. Concordância verbal	25
12. Semântica: aumentativo e diminutivo; sinonímia e antonímia	27
13. Variação linguística	27
14. Relação entre a fala e a escrita	29

Matemática

1. Sistema de numeração decimal	35
2. Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. Operações com frações (adição, subtração, multiplicação e divisão).....	36
3. Números decimais	41
4. Porcentagem.....	41
5. Sistema Monetário Brasileiro.....	42
6. Medidas de comprimento, massa, capacidade e tempo	45
7. Geometria: polígonos. Cálculo de perímetro de figuras planas. Cálculo de áreas de figuras planas.....	47
8. Leitura e identificação de dados apresentados em gráficos de colunas, de barras e em tabelas.....	56

Conhecimentos Gerais

1. Conhecimentos básicos sobre o ordenamento jurídico brasileiro.....	61
2. Atualidades sobre o Estado de Minas Gerais e sobre o Brasil	61
3. Conhecimentos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais sobre o Brasil, o Estado de Minas Gerais e o Município de Manhuaçu.....	62

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

TIPOS DE TEXTO

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO

A comunicação é uma atividade fundamental para a existência e organização das sociedades humanas. Desde os sinais rudimentares usados pelos primeiros seres humanos até as complexas redes de comunicação digital da era moderna, a capacidade de transmitir e interpretar mensagens tem sido crucial para o desenvolvimento humano em vários aspectos: social, cultural, econômico e político.

Em sua essência, a comunicação envolve a troca de informações, ideias, sentimentos ou percepções entre indivíduos ou grupos. Ela pode acontecer em diversos contextos e de várias formas, desde uma simples conversa entre duas pessoas até campanhas publicitárias massivas destinadas a alcançar milhões.

Entender o processo de comunicação significa ir além do ato superficial de trocar informações. Envolve desvendar as complexidades subjacentes que influenciam como a informação é codificada, transmitida e, finalmente, interpretada. Analisar este processo nos ajuda a compreender melhor a dinâmica das interações humanas e as diversas variáveis que podem afetar a eficácia da comunicação.

— O Processo de Comunicação Básico

Emissor

O emissor é a pessoa, grupo ou entidade que inicia o processo de comunicação. Ele é responsável por codificar uma mensagem em um formato que possa ser entendido pelo receptor. O emissor

precisa considerar diversos fatores ao criar uma mensagem, como o contexto, a linguagem apropriada, e as características do receptor (como seu conhecimento prévio, crenças e habilidades de interpretação).

Mensagem

A mensagem é o conjunto de informações ou o conteúdo que o emissor deseja transmitir. Pode ser verbal ou não-verbal, oral ou escrita, visual ou auditiva, dependendo do canal de comunicação usado. A mensagem é codificada pelo emissor e decodificada pelo receptor, e pode ser afetada por diversos fatores, incluindo ruídos e interferências.

Canal de Comunicação

O canal refere-se ao meio pelo qual a mensagem é transmitida do emissor para o receptor. Pode ser um canal físico (como quando falamos face a face ou por telefone) ou um canal virtual (como e-mail, redes sociais etc.). A escolha do canal pode influenciar significativamente a eficácia da mensagem. Por exemplo, mensagens complexas podem ser mais bem compreendidas quando transmitidas face a face, onde sinais não-verbais e feedback imediato estão disponíveis.

Receptor

O receptor é a pessoa, grupo ou entidade para a qual a mensagem é direcionada. Ele é responsável por decodificar a mensagem e interpretá-la. Assim como o emissor, o receptor traz seu próprio conjunto de pré-conceitos, crenças e habilidades interpretativas para o processo de comunicação. A eficácia da comunicação muitas vezes depende de quão bem a mensagem é adaptada ao receptor.

Feedback

O feedback é a resposta do receptor à mensagem, que pode ser transmitida de volta ao emissor através dele ou de outro canal de comunicação. Ele é crucial para avaliar a eficácia da comunicação e para realizar ajustes, se necessário.

Ruído ou Interferência

Qualquer coisa que atrapalhe o processo de comunicação é considerada ruído ou interferência. Isso pode variar desde ruído físico (como barulho de trânsito enquanto se fala ao telefone) até ruído psicológico ou semântico (como distrações emocionais ou mal-entendidos linguísticos).

Contexto

O contexto em que a comunicação ocorre pode afetar significativamente a mensagem. Isso inclui o ambiente físico, o ambiente social, o contexto histórico e cultural, e até mesmo o contexto emocional do emissor e do receptor.

Ao entender esses componentes e como eles interagem, é possível aprimorar significativamente nossas habilidades de comunicação. Essa compreensão é fundamental não apenas em situações cotidianas, mas também em contextos profissionais, acadêmicos e sociais.

— Intencionalidade

A intencionalidade é o “porquê” por trás da comunicação, o objetivo ou o propósito que motiva o emissor a transmitir uma mensagem. Essa motivação pode variar amplamente, desde o

desejo de informar ou educar até intenções de persuadir, entreter ou até mesmo manipular. O conceito se aplica tanto a comunicações cotidianas como a discussões mais complexas em contextos profissionais, acadêmicos e sociais.

Tipos de Intencionalidade

Informativa: o objetivo é simplesmente transmitir informações de um ponto a outro. Exemplo: notícias, relatórios acadêmicos.

Persuasiva: aqui, o emissor quer influenciar o receptor de alguma forma, mudando suas crenças ou comportamentos. Exemplo: publicidade, discursos políticos.

Entretenimento: o emissor busca entreter o receptor. Exemplo: filmes, romances, contos.

Instrucional: o objetivo é ensinar algo específico ao receptor. Exemplo: tutoriais, manuais.

Social: a comunicação ocorre para manter relações sociais. Exemplo: cumprimentos, bate-papos informais.

Regulatória: o objetivo é regular o comportamento de indivíduos ou grupos. Exemplo: leis, regulamentos.

A Importância do Contexto

A intencionalidade não é estática; ela pode mudar dependendo do contexto em que a comunicação ocorre. Isso inclui fatores como as relações entre os participantes, o ambiente cultural e social, o momento histórico e o canal de comunicação utilizado.

Desafios

Um dos maiores desafios na comunicação efetiva é garantir que a intencionalidade do emissor seja corretamente compreendida pelo receptor. Isso envolve uma série de habilidades, desde a escolha da linguagem e do formato até a capacidade de antecipar possíveis mal-entendidos ou pontos de confusão.

— Discurso

Discurso é um termo que se refere a um conjunto de enunciados ligados por algum tipo de unidade, seja ela temática, estilística, temporal ou outra. Ele é mais do que a soma de suas partes, tendo estruturas e regras próprias que vão além das sentenças individuais. O discurso pode ser oral ou escrito e é uma forma de interação social que tem funções diversas, desde a transmissão de informações até a construção de identidades culturais, sociais ou individuais.

Tipos de Discurso

Narrativo: conta uma história ou descreve uma série de eventos.

Descritivo: foca em detalhar pessoas, lugares ou coisas.

Argumentativo: busca persuadir o receptor sobre um ponto de vista.

Expositivo: procura explicar ou informar um tópico.

Injuntivo: visa instruir o receptor a fazer algo.

Diálogo: envolve uma troca de enunciados entre dois ou mais interlocutores.

Elementos de Análise do Discurso

Coesão e Coerência: referem-se à maneira como as partes do discurso se conectam lógica e tematicamente.

Tom e Estilo: o uso de linguagem formal ou informal, técnica ou coloquial, pode variar de acordo com o contexto e a intenção do discurso.

Figuras de Linguagem: metáforas, aliterações e outras figuras de linguagem podem ser usadas para acentuar pontos ou adicionar nuances.

Estrutura: a organização do discurso, como a introdução, desenvolvimento e conclusão em um ensaio acadêmico, também é um elemento crucial.

Contexto e Público-Alvo

Assim como na intencionalidade, o contexto e o público-alvo são vitais para o discurso. O discurso não acontece no vácuo; ele é moldado e influenciado pelo contexto cultural, social, e até mesmo histórico. Além disso, diferentes públicos podem interpretar o mesmo discurso de maneiras diversas.

— O que é Intencionalidade Discursiva?

Intencionalidade discursiva é a junção da intencionalidade e do discurso no processo de comunicação. Ela envolve não apenas o que está sendo dito, mas também como e por que está sendo dito. A intencionalidade discursiva influencia e é influenciada por todos os outros componentes da comunicação, como o emissor, o receptor, a mensagem, o canal e o contexto.

Como se manifesta?

Escolha das Palavras: o vocabulário escolhido pode refletir o nível de formalidade, a audiência-alvo, e até mesmo as crenças e atitudes do emissor.

Estrutura da Mensagem: como a mensagem é organizada, que pontos são destacados e que informações são omitidas também podem revelar a intencionalidade discursiva.

Tom e Estilo: estes elementos podem sinalizar se o emissor está tentando persuadir, informar, entreter etc.

Importância

Entender a intencionalidade discursiva é crucial para:

Análise Crítica: permite ao receptor avaliar a mensagem mais completamente, entendendo não apenas o conteúdo, mas também o objetivo subjacente.

Eficácia da Comunicação: conhecendo sua própria intencionalidade, o emissor pode adaptar sua mensagem para torná-la mais eficaz.

Relações Sociais: em um nível mais amplo, a compreensão da intencionalidade discursiva pode ajudar a decifrar as complexidades das interações sociais e culturais.

Exemplos Práticos

Publicidade: a intencionalidade é frequentemente de persuadir o consumidor a comprar um produto, mas o discurso utilizado pode variar amplamente, desde apelos emocionais até argumentos racionais.

Política: discursos políticos frequentemente têm múltiplas camadas de intencionalidade, desde informar o público até mobilizar uma base de apoio ou desacreditar oponentes.

A intencionalidade discursiva é a cola que une todos os elementos do processo de comunicação. Ela ajuda a definir o “porquê” e o “como” da comunicação, tornando-a uma ferramenta poderosa tanto para emissores quanto para receptores que desejam entender, analisar e aprimorar suas habilidades comunicativas.

Ao unir os componentes básicos do processo de comunicação, a intencionalidade e o discurso, conseguimos uma visão mais completa e integrada desse fenômeno complexo e multifacetado que é a comunicação humana.

— Implicações Práticas

Neste panorama, exploramos os diversos aspectos do processo de comunicação, desde seus componentes básicos até a complexidade da intencionalidade e do discurso. A intencionalidade discursiva surge como um elo que liga e explica todos esses elementos, fornecendo um quadro mais completo para entender a comunicação humana.

Educação: ter um entendimento claro desses conceitos é crucial para educadores e estudantes que buscam habilidades comunicativas eficazes.

Trabalho: em ambientes profissionais, uma comunicação eficaz pode ser a chave para o sucesso em projetos, relações interpessoais e até mesmo progressão na carreira.

Vida Social: na interação social, compreender as sutilezas da intencionalidade e do discurso ajuda a navegar de forma mais eficaz pelas complexidades das relações humanas.

Cidadania Ativa: em uma democracia, a capacidade de interpretar e avaliar discursos de diferentes tipos (políticos, jornalísticos etc.) é fundamental para uma participação cidadã informada.

Limitações e Desafios

Ainda que poderosa, a teoria da comunicação tem suas limitações. Ela pode ser influenciada por barreiras como ruído, mal-entendidos e diferenças culturais, que podem distorcer a intencionalidade discursiva. Além disso, é um campo em constante evolução, particularmente com o advento das novas tecnologias de comunicação.

A comunicação é uma atividade humana essencial e complexa, envolvendo diversos componentes e camadas de significado. Entender seu processo, sua intencionalidade e o discurso envolvido fornece as ferramentas para melhorar nossa eficácia como comunicadores e como receptores de informação. Ao desvendar essas complexidades, temos a oportunidade de nos tornar mais conscientes, críticos e eficazes em nossas interações diárias.

FONO-ORTOGRAFIA: LETRA, FONEMA, ENCONTROS VOCÁLICOS E CONSONANTAIS, DÍGRAFOS, DIVISÃO SILÁBICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO NÚMERO DE SÍLABAS, ACENTUAÇÃO TÔNICA E GRÁFICA (ATUALIZADA CONFORME AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO), CLASSIFICAÇÃO DAS PALAVRAS QUANTO AO ACENTO TÔNICO

— Fonologia

Fonologia¹ é o ramo da linguística que estuda o sistema sonoro de um idioma. Ao estudar a maneira como os fones ou fonemas (sons) se organizam dentro de uma língua, classifica-os em unidades capazes de distinguir significados.

²A Fonologia estuda o ponto de vista funcional dos Fonemas.

— Estrutura Fonética

Fonema

O fonema³ é a menor unidade sonora da palavra e exerce duas funções: formar palavras e distinguir uma palavra da outra. Veja o exemplo:

C + A + M + A = CAMA. Quatro fonemas (sons) se combinaram e formaram uma palavra. Se substituirmos agora o som M por N, haverá uma nova palavra, CANA.

A combinação de diferentes fonemas permite a formação de novas palavras com diferentes sentidos. Portanto, os fonemas de uma língua têm duas funções bem importantes: **formar palavras e distinguir uma palavra da outra.**

Ex.: mim / sim / gim...

Letra

A letra é um símbolo que representa um som, é a representação gráfica dos fonemas da fala. É bom saber dois aspectos da letra: **pode representar mais de um fonema** ou **pode simplesmente ajudar na pronúncia de um fonema.**

Por exemplo, a letra X pode representar os sons X (*enxame*), Z (*exame*), S (*têxtil*) e KS (*sexo*; neste caso a letra X representa dois fonemas – K e S = KS). Ou seja, uma letra pode representar mais de um fonema.

Às vezes a letra é chamada de **diacrítica**, pois vem à direita de outra letra para representar um fonema só. Por exemplo, na palavra *cachaça*, a letra H não representa som algum, mas, nesta situação, ajuda-nos a perceber que CH tem som de X, como em *xaveco*.

Vale a pena dizer que nem sempre as palavras apresentam número idêntico de letras e fonemas.

Ex.: bola > 4 letras, 4 fonemas
guia > 4 letras, 3 fonemas

Os fonemas classificam-se em **vogais, semivogais e consoantes.**

Vogais

São fonemas produzidos livremente, sem obstrução da passagem do ar. São mais tônicos, ou seja, têm a pronúncia mais forte que as semivogais. São o centro de toda sílaba. Podem ser **orais** (timbre aberto ou fechado) ou **nasais** (indicadas pelo ~, m, n). As vogais são A, E, I, O, U, que podem ser representadas pelas letras abaixo. Veja:

A: brasa (oral), lama (nasal)
E: sério (oral), entrada (oral, timbre fechado), dentro (nasal)
I: antigo (oral), índio (nasal)
O: poste (oral), molho (oral, timbre fechado), longe (nasal)
U: saúde (oral), juntar (nasal)
Y: hobby (oral)

Observação: As vogais ainda podem ser tônicas ou átonas.

Tônica aquela pronunciada com maior intensidade. Ex.: *café, bola, vidro.*

Átona aquela pronunciada com menor intensidade. Ex.: *café, bola, vidro.*

1 <https://bit.ly/36RQAOb>.
2 <https://bit.ly/2slhcYZ>.

3 PESTANA, Fernando. *A gramática para concursos públicos*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

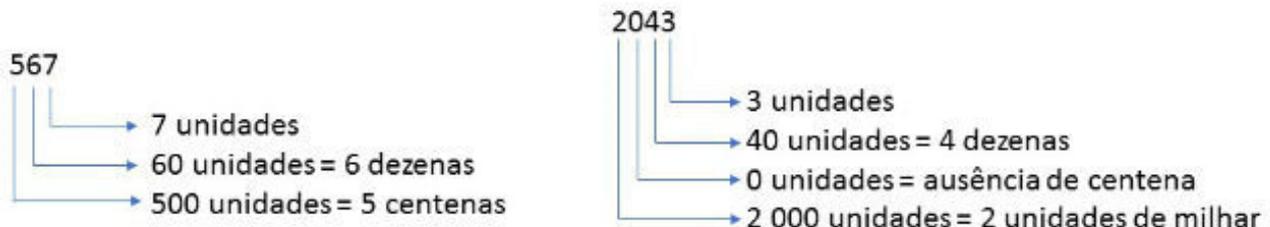
MATEMÁTICA

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

Nosso sistema de numeração é chamado de decimal pois sua contagem é feita de 10 em 10. Ou seja, sua base é 10.

- 10 unidades formam 1 dezena
 - 10 dezenas formam 1 centena;
 - 10 centenas formam 1 unidade de milhar;
 - 10 unidades de milhar formam 1 dezena de milhar;
 - 10 dezenas de milhar formam 1 centena de milhar
- E assim sucessivamente.

Exemplos:



Leitura dos números

O sistema de numeração é constituído de uma parte inteira e outra decimal. Lemos a parte inteira, seguida da parte decimal, acompanhada das palavras:

- Décimos: quando houver uma casa decimal;
- Centésimos.....: quando houver duas casas decimais;
- Milésimos.....: quando houver três casas decimais;
- Décimos milésimos: quando houver quatro casas decimais;
- Centésimos milésimos: quando houver cinco casas decimais e, assim sucessivamente.

Exemplo:

(AUX.JUD. /TRT-23ª REG/FCC) O número 0,0202 pode ser lido como:

- (A) duzentos e dois milésimos.
- (B) duzentos e dois décimos de milésimos.
- (C) duzentos e dois centésimos de milésimos.
- (D) duzentos e dois centésimos.
- (E) duzentos e dois décimos

Resolução:

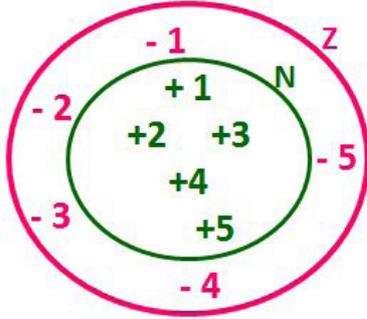
Como temos 4 casas decimais, lemos então com décimos de milésimos, Logo: duzentos e dois décimos de milésimos.

Resposta: B

ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS. OPERAÇÕES COM FRAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO)

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



N C Z (N está contido em Z)

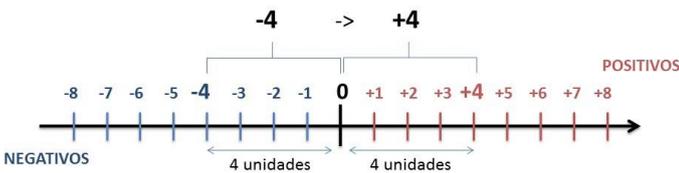
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

• **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

• **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

$50 - 20 = 30$ atitudes negativas
 $20 \cdot 4 = 80$
 $30 \cdot (-1) = -30$
 $80 - 30 = 50$

Resposta: A

• **Multipliação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS**:

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo.
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo.

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm

$36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

– Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.

– Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$

2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$

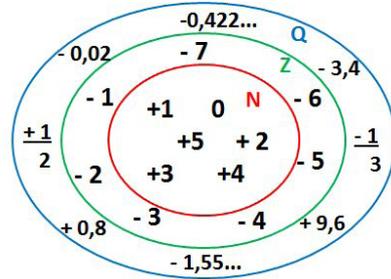
3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$

4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$

5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = \frac{35}{1000}$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica

$$0,5833... = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos → Período com 1 algarismo → 2 algarismos zeros → 1 algarismo 9

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período

$$6,37777... = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

Números que não se repetem

Período igual a 7 1 algarismo -> 1 nove

1 algarismo que não se repete depois da vírgula -> 1 zero

$$6 \frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } -a \rightarrow (6.90 + 34) = 574, \text{ logo : } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item "a", acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS BÁSICOS SOBRE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O ordenamento jurídico brasileiro é o conjunto de normas e princípios que regulam a vida em sociedade no Brasil. Ele estabelece os direitos e deveres dos cidadãos, organiza os poderes do Estado, e define as regras de convivência e justiça. Para compreender os conhecimentos básicos sobre o ordenamento jurídico brasileiro, é essencial conhecer seus principais componentes e características:

1. Constituição Federal

- **Hierarquia Suprema:** A Constituição Federal de 1988 é a norma suprema do ordenamento jurídico brasileiro. Todas as outras leis e normas devem estar em conformidade com a Constituição.

- **Princípios Fundamentais:** A Constituição estabelece os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, como a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político.

- **Direitos e Garantias:** Ela também assegura os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, incluindo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

2. Estrutura do Poder

- **Divisão dos Poderes:** O Brasil adota o princípio da separação dos poderes, dividido em três:

- **Poder Executivo:** Responsável pela administração pública e execução das leis, é exercido pelo Presidente da República no âmbito federal, pelos governadores nos estados e pelos prefeitos nos municípios.

- **Poder Legislativo:** Responsável por elaborar leis, é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, nas esferas estaduais pelas Assembleias Legislativas e nos municípios pelas Câmaras de Vereadores.

- **Poder Judiciário:** Responsável por interpretar e aplicar as leis, assegurando o cumprimento da Constituição, é composto por diversas instâncias, desde os juízes de primeira instância até o Supremo Tribunal Federal (STF), que é o guardião da Constituição.

3. Fontes do Direito

- **Legislação:** As leis são as principais fontes do direito. Elas incluem a Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções, entre outras.

- **Jurisprudência:** As decisões dos tribunais, especialmente dos superiores, também são fontes do direito. No Brasil, a súmula vinculante do STF deve ser observada por todo o Judiciário.

- **Doutrina:** A doutrina, composta por estudos e interpretações feitas por juristas, também influencia a interpretação e a aplicação do direito.

- **Costumes:** Os usos e práticas aceitos pela sociedade também podem ser fontes de direito, especialmente em áreas onde a legislação é omissa.

4. Sistemas Jurídicos

- **Sistema Civil Law:** O Brasil adota o sistema de Civil Law, em que o direito escrito (leis codificadas) tem primazia sobre a jurisprudência.

- **Código Civil e Penal:** O Código Civil regula as relações entre particulares, enquanto o Código Penal trata das condutas consideradas crimes e das penas correspondentes.

5. Princípios Gerais

- **Legalidade:** Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.

- **Igualdade:** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

- **Devido Processo Legal:** Toda pessoa tem direito a um processo justo, com ampla defesa e contraditório.

6. Direitos e Deveres

- **Direitos Individuais e Coletivos:** Incluem a liberdade, a propriedade, a segurança e a igualdade.

- **Direitos Sociais:** Englobam a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

7. Federalismo

- **Divisão Territorial:** O Brasil é uma federação composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cada um com sua própria competência legislativa e autonomia administrativa.

8. Sistema de Controle

- **Controle de Constitucionalidade:** O Supremo Tribunal Federal realiza o controle de constitucionalidade, verificando se as leis e atos normativos estão de acordo com a Constituição.

- **Fiscalização e Controle:** Existem órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU), que fiscalizam o uso de recursos públicos.

Esses são os aspectos fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, que formam a base para o entendimento mais aprofundado das normas e das instituições que regem a vida em sociedade no país.

ATUALIDADES SOBRE O ESTADO DE MINAS GERAIS E SOBRE O BRASIL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos

parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e jornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

CONHECIMENTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E SOCIAIS SOBRE O BRASIL, O ESTADO DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE MANHUAÇU

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características político-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotês de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa. A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial resalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui resalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto

grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que fogue um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânicas hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capitânicas Hereditárias

As Capitânicas hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitânicas de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânicas Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitânicas Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitania do Maranhão
- Capitania do Ceará
- Capitania do Rio Grande
- Capitania de Itamaracá
- Capitania de Pernambuco
- Capitania da Baía de Todos os Santos
- Capitania de Ilhéus
- Capitania de Porto Seguro
- Capitania do Espírito Santo
- Capitania de São Tomé
- Capitania de São Vicente
- Capitania de Santo Amaro
- Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitânicas hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitânicas, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitânicas hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a úl-